

LIMONGI, Fernando.
**Operação impeachment: Dilma
 Rousseff e o Brasil da Lava Jato.**
 São Paulo: Todavia, 2023. 302p.



Considerações sobre Operação impeachment

Notes on Operação impeachment

Pedro Felipe Narciso*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.168.013>

Em *Operação impeachment*, Fernando Limongi oferece uma crônica instigante e detalhada do processo que culminou na destituição da presidente Dilma Rousseff. Apoiando-se em farto material jornalístico produzido pela cobertura diária da grande imprensa no período, o autor narra com minúcia literária a ação estratégica dos personagens envolvidos. Estes, orientados sempre pelo objetivo — pessoal, diga-se de passagem — de manter ou ampliar o seu poder, são incapazes de controlar os efeitos de suas ações e, portanto, de escapar daquilo que parece ser o seu destino.

No capítulo de abertura — “O primeiro mandato” —, o autor aborda os meandros das disputas internas ao Partido dos Trabalhadores e à base aliada do primeiro governo Dilma. A narrativa pode ser resumida em três atos principais. No primeiro, ela envolve dois grandes personagens: Lula, a grande figura pública do PT, e José Dirceu, o homem que con-

trolaria a máquina do partido. Do conflito entre ambos pela influência no terceiro governo petista que já se antevia, emerge Dilma. No cálculo de Lula, por não deitar raízes no interior da máquina partidária, Rousseff estaria mais vulnerável à influência dele. No cálculo de Dirceu, justamente por não ser identificada com tendências internas, e sem o mesmo apelo popular de Lula, a futura presidente ficaria ainda mais dependente do partido e, portanto, dele próprio. O segundo ato narra a rebeldia de Dilma diante dos caciques do partido e dos cardeais da base aliada, em busca de maior autonomia. Diante de um cenário de alta popularidade e do reaquecimento das denúncias de corrupção pelo julgamento do chamado “mensalão” no STF, Dilma envereda pelo caminho do “saneamento” das empresas públicas e do combate aos acusados de corrupção no seu próprio governo. Eis o terceiro ato, as denúncias sobre o caso Pasadena, justamente durante o período em que Dilma ocupava a Presidência do Conselho de Administração da Petrobras, uma tentativa de enquadrá-la. Apesar disso e da campanha “Volta, Lula”, Dilma logrou garantir-se como candidata à reeleição.

No capítulo seguinte, o foco recai sobre a ação política dos agentes de oposição. Segundo Limongi, os responsáveis pela campanha de Aécio Neves arregimentaram grupos radicais da internet que, até então, não tinham nenhuma expressão política real. A partir da mobilização virtual desses grupos, o PSDB, pela primeira vez, conquistaria as ruas do país, o que robusteceria a campanha do candidato tucano. Foi por pouco, mas não foi suficiente. “O PSDB ocupou as ruas, mas colheu nova derrota eleitoral” (p. 63). Sem oferecer explicações que extrapolem aquela que evoca os sentimentos de frustração e revolta típicos daqueles que são derrotados nos momentos finais, o autor classifica como “bizarra”, “ilógica” e “disparatada” a requisição de auditoria das urnas perpetrada pelo PSDB quatro dias após o encerramento do escrutínio eleitoral (p. 63-64). A ação do PSDB engendrara novas manifestações, das quais o partido acabou se descolando. A operação Lava Jato foi deflagrada e ganhou enorme publicidade na imprensa. Em dezembro, o PSDB voltou ao TSE, agora pedindo a cassação do registro da chapa Dilma-Temer, que teria abusado de poder econômico por meio de dinheiro sujo oriundo de corrupção. “Uma coisa é certa: o PSDB radicalizou” (p. 71). Daí para a frente, a famosa lista de Rodrigo Janot teria moderado o ímpeto dos deputados mais radicalizados, justificativa para o Movimento Brasil Livre responder com uma, segundo Limongi, “penosa” e “infrutífera” marcha até Brasília (p. 83). Sem a esperada recepção de Aécio, o movimento foi recepcionado por Eduardo Cunha.

O capítulo 3, “O chantagista-mor da República”, tem foco na figura de Cunha. Limongi reconstitui brevemente a trajetória do deputado carioca. Este teria ascendido no interior do PMDB justamente por meio de negociações com grupos petistas, sendo um dos principais artífices da chapa presidencial de 2010 e uma das mais decididas lideranças peemedebistas durante a campanha. Sem ter sido recompensado pelo novo governo, Cunha sentiu-se traído e desde logo impôs dificuldades a Dilma, dividindo o PMDB da Câmara entre o seu grupo e o de Michel Temer. Enquanto isso, a Lava Jato avançava. Se em Curitiba a busca era por Lula, sem foro especial, na PGR era o PMDB que estava na mira. Eduardo Cunha, com o pedido de impeachment em mãos, passa declaradamente à oposição. Na tentativa de se proteger, ganha tempo protelando a abertura do processo, ao passo que altera as normas que regiam o procedimento. As decisões sobre o rito processual vão parar no STF, que, antes de deliberar sobre a matéria, entra em recesso.

No penúltimo capítulo, o autor aborda as cenas finais do processo de impeachment, centrando-se no avanço da Lava Jato sobre a “classe política” como um todo, que, impedida

Apoiando-se em farto material jornalístico produzido pela cobertura diária da grande imprensa no período, o autor narra com minúcia literária a ação estratégica dos personagens envolvidos. Estes, orientados sempre pelo objetivo — pessoal, diga-se de passagem — de manter ou ampliar o seu poder, são incapazes de controlar os efeitos de suas ações e, portanto, de escapar daquilo que parece ser o seu destino

pela operação de recomodar-se, vê o impeachment como uma solução final. No texto, Li-mongi informa que o ano de 2016 teria começado mais tranquilo para o governo. O PT teria respirado com o recesso judicial e com a decisão do STF desautorizando as mudanças inseridas por Cunha. Isso teria desacelerado o processo e promovido um clima de acomodação entre as forças políticas em presença. No PMDB o foco estava na disputa pelo controle do partido, enquanto no PSDB os olhos voltavam-se, já, para 2018. Até que Curitiba desencadeia a operação Acarajé, prendendo João Santana, marqueteiro da campanha Dilma-Temer, reativando, com isso, o ímpeto da oposição, que conseguira — através de Gilmar Mendes — requestrar no STF o processo pela cassação da chapa vitoriosa em 2014. Para tentar salvar o governo, começam as tratativas para que Lula assuma um ministério e passe a ser o governante de fato. O ex-presidente teria resistido num primeiro momento, mas acabou cedendo. Entrou em cena mais uma fase da Lava Jato, a tentativa de imputar a Lula o recebimento ilícito de um apartamento da OAS no Guarujá (SP) e o vazamento ilegal de uma conversa sua com a presidente. Nesse momento o PMDB, por meio de Romero Jucá, e o PSDB, por meio de Tasso Jereissati, já haviam acertado os termos do novo governo. “O PT e o governo Dilma eram cargas a serem lançadas ao mar para salvar a embarcação. O PSDB aderiu e apoiou o impeachment por estar no mesmo barco.” (p. 157)

O último capítulo trata do começo do governo Temer e das frustradas tentativas de pacificar os ânimos. Fora isso, o autor busca reforçar o seu argumento geral contrapondo-se ao “lugar-comum” de associar a crise econômica à crise política. Nessa concepção comum, a incapacidade política do governo teria promovido a crise econômica, que, associada às denúncias da Lava Jato, promoveu uma insatisfação generalizada da população com o governo. Tal diagnóstico se confirmaria pelas expectativas dos agentes econômicos em relação à saída

Limongi contemporiza e aventa a possibilidade de as ruas ou a pressão dos agentes econômicos serem determinantes em outros casos, mas não no caso brasileiro que ele observa. De fato, a tese declarada na introdução não é uma característica observada no caso em questão, ela é consequência de uma escolha teórica prévia que assevera que o sistema político é um sistema fechado dinamizado pelo cálculo racional dos agentes que compõem as elites políticas

de Dilma; para eles, “a irresponsabilidade fiscal estaria inscrita no DNA do PT” (p. 160). A cada avanço do processo de impeachment, o mercado reagia bem, subia a bolsa e caía o dólar. A saída da crise passava pela saída do PT. Apesar disso, Limongi destaca que as tentativas de Dilma para reagrupar a sua base só se esgotaram quando os agentes políticos perceberam que “a Lava Jato faria de tudo, qualquer coisa, para desestabilizar o governo” e que este não teria como oferecer proteção aos partidos aliados. Para o sistema político o principal era a autoproteção, a necessidade de “estancar a sangria” (p. 164).

Fernando Limongi, já na introdução, declara a tese principal que pretende defender em seu texto. De acordo com o autor, existe um modelo canônico para a explicação dos processos de impeachment presidencial. Esse modelo privilegiaria como causa principal do processo a “mobilização popular na forma de movimentos sociais constituídos à margem do sistema político”, desconsiderando que os “escândalos de corrupção são produzidos e explorados por políticos”,

logo, contrapõe Limongi, não estariam à margem do sistema político, mas seriam um instrumento mobilizado por suas lideranças (p. 15).

Ao longo do livro, essa é a tese que parece comandar a argumentação. A descrição minuciosa das intrigas palacianas, os conflitos de vaidades, os cálculos soberbos que produzem efeitos imprevisíveis e deletérios, tudo concorre para a confirmação da tese inicialmente exposta. A escrita impecável de Limongi encadeia os fatos de maneira cristalina, por trás de cada ação há uma intenção, e à frente, uma consequência imprevista pelos agentes. Trata-se de uma trama tão bem costurada que tudo mais que poderia preceder, perturbar ou contribuir para explicar aquele cenário político é minimizado. As manifestações de rua são completamente subestimadas: na sua origem, são um instrumento político criado pela campanha de Aécio Neves. Depois, os atos de rua sempre ficam aquém dos seus objetivos. A imprensa, que noticiou tudo do modo como noticiou, com enorme sensacionalismo,

Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil



Congressistas aliados seguram placas acusando de golpe a votação do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Brasília, abril de 2016

algo reconhecido e ironizado pelo próprio autor, também não entra na equação. As cotações da bolsa e do dólar são entendidas apenas como expressões espontâneas dos agentes econômicos que creem que a irresponsabilidade fiscal está no DNA do PT. A Fiesp, como grande financiadora dos atos públicos, nem sequer aparece. Sergio Moro — um perseguidor implacável e obsessivo, que ignora a letra da lei sem receio de punição, mas, pelo contrário, com a expectativa de ser recompensado e agraciado — fez o que fez por ser um político travestido de juiz, alguém afinado com a extrema direita que acredita que “justiça boa é aquela em que se pune de forma rápida e sumária” (p. 179).

A argumentação pode ser sedutora. Os políticos são agentes racionais, ambiciosos e, frequentemente, soberbos. Naquele momento calcularam mal o efeito de suas ações e acabaram enredando-se numa trama que foram incapazes de prever. A arma que usaram contra seus adversários (o sistema de Justiça) foi usada também contra aqueles que dela fizeram uso. Por diversas vezes tentaram recompor, contemporizar, arrumar a casa, mas não foi possível. Fizeram o impeachment contra a sua vontade, para se salvar. Dilma buscou autonomia e usou a arma da luta contra a corrupção para se livrar da dependência de aliados, estes responderam com as acusações sobre a compra da refinaria de Pasadena. A recorrente ativação do sistema de Justiça como arma política fez emergir Curitiba, que ganhou cada vez maior notoriedade e autonomia. Moro, ambicioso e soberbo como qualquer político, ou seja, um político de toga, ao ser laureado pela opinião pública, parte para a ofensiva com o intuito de restaurar a moralidade do sistema político. O sistema político tenta por diversas vezes se proteger, mas não logra sucesso, o impeachment é um sacrifício necessário.

Como se trata de um livro para “transpor os muros da academia”, o texto não apresenta de modo explícito o sistema de teses e conceitos que comandam a argumentação. Ao leigo, não familiarizado com as principais teorias da ciência política, a tese proclamada na introdução parece o resultado empírico oriundo da pura observação, como se a desimportância dos fatores externos ao sistema político fosse uma característica do caso brasileiro e não uma tese central derivada de uma tradição de pensamento. O autor contribui para essa

confusão. Limongi contemporiza e aventa a possibilidade de as ruas ou a pressão dos agentes econômicos serem determinantes em outros casos, mas não no caso brasileiro que ele observa. De fato, a tese declarada na introdução não é uma característica observada no caso em questão, ela é consequência de uma escolha teórica prévia que assevera que o sistema político é um sistema fechado dinamizado pelo cálculo racional dos agentes que compõem as elites políticas. O argumento não é comandado pela observação do caso brasileiro, como pode parecer ao leigo, mas, como em toda e qualquer análise, por uma teoria, nesse caso, a teoria das elites.

Como afirmamos, toda e qualquer análise pressupõe um conjunto de teses e conceitos. Não se trata aqui de defendermos ingenuamente a busca de uma descrição pura dos fatos. Trata-se de explicitar de qual conjunto de teses e conceitos o analista está partindo, quais são seus pressupostos, informando, assim, o leitor. Com isso, talvez, questionemos: as manifestações não foram importantes ou nesse esquema teórico elas jamais o seriam? A relação da crise política com a crise econômica de fato explica pouca coisa ou nesse esquema teórico tal relação jamais seria relevante? Por fim, insisto que se trata de uma leitura prazerosa, instigante e elucidativa que revela, sim, muita coisa sobre aquele processo, porém a tese central e a argumentação que a embasa não são convincentes.

* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

► Texto recebido em 20 de junho de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.